

UMA ANÁLISE LIBERAL DOS *VOUCHERS* EDUCACIONAIS

Júlio César da Silva Dantas¹, Diego Santos de Medeiros²,
Marciano Goveia de Araújo³, Wallison de Melo⁴

Resumo: Este artigo se debruça sobre a proposta de Vouchers educacionais sob três focos: enquanto tece um (a) rastreio histórico do desenvolvimento dessa proposta, (b) esmiúça seus componentes e, por fim, traz uma (c) crítica liberal, quase em tom de ensaio, sobre essas premissas e a ideia dos vales educacionais. Não se preocupa, no entanto, com análises de experiências; as linhas que se encerram aqui devem ser vistas como um prólogo que cuida de delimitar os conceitos envolvidos na discussão. Produto de uma pesquisa bibliográfica sobre os principais autores – nomeadamente Thomas Paine em *The Rights of Man* (1945), Stuart Mill em *On Liberty* (2001) e Milton Friedman em *Capitalism and Freedom* (1982) e *Free to Choose* (1980) –, e de carácter exploratório, justifica-se na contribuição para a pluralidade de ideias sobre o financiamento de instituições de ensino e no movimento de trazer propostas e discussões liberais à academia. O trabalho adota uma perspectiva de compreender a evolução da proposição através dos autores supracitados, mas estrutura a proposta, principalmente, com os textos de Milton Friedman; por ser ele que dá as mais importantes contribuições à estruturação da proposição: primeiro em *Capitalism and Freedom* (1982) e depois, com Rose D. Friedman, em *Free to Choose* (1980). Conclui-se com a pesquisa que, apesar do produto dos *vouchers* ser um patente incremento da competitividade no mercado educacional com o fim do financiamento direto para escolas, tal proposição não pode ser considerada como liberal por não recusar o financiamento público do ensino e, com efeito, ter o Estado como normatizador dos currículos nacionais, além de, ainda que

1 Licenciado em Física pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte e professor de Física vinculado à Secretaria de estadual de Educação da Paraíba.

2 Licenciado em Física no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

3 Licenciado em Física pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, especialista em ensino de Física e aluno da Licenciatura em Matemática na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

4 Licenciado em Física no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

não mais concorde com a educação compulsória, justificá-la como consequência da premissa dos conhecimentos mínimos dos indivíduos que integram a sociedade.

Palavras-Chave: *Vouchers*, Milton Friedman, Ensino Público.

Introdução

O empreendimento de julgar uma ideia como os *vouchers* educacionais, proposição que carrega o epíteto liberal, deve ocorrer – como qualquer outra proposição política, pelo menos – junto com o esforço de ciência histórica do desenvolvimento dessa; deve ocorrer uníssona a reflexão atual dessa proposta e o conhecimento do contexto da sua construção, para que se dê cabo da evolução dos seus pressupostos e suas críticas, buscando deslocar cada aspecto (justificativa e crítica) ao seu tempo respectivo, tornando a discussão límpida ao tempo presente.

No contexto atual, em que o problema do (pouco) financiamento da educação volta a reverberar, a discussão sobre os *vouchers* educacionais e outras propostas sobre o financiamento das instituições de educação básicas voltam à discussão nas academias, aproveitando-se do grande *boom* da ideologia liberal no Brasil. Estas linhas objetivam discorrer sobre a proposta dos *vouchers*: sua configuração, seus objetivos, suas justificativas, seu mérito e, finalmente, uma análise propriamente liberal sobre a proposta, justificando-se na necessidade de incitar a discussão sobre ela na academia e promover o pluralismo de ideias nos debates sobre o financiamento público da educação. Tratando-se de uma pesquisa estritamente bibliográfica, foram estudados os textos dos principais autores que discutiram a proposta: Thomas Paine, Stuart Mill e Milton Friedman – ganhando rígido encorpo nesse último.

O trabalho vem introduzir a proposta de financiamento do ensino público através dos *vouchers*, descrevendo o conceito, sua evolução e uma série de considerações, sob a ótica liberal, dessa proposição; investigando seu mérito e discutindo as problemáticas: por que e como funciona a proposta dos *vouchers*? E até onde pode ela ser considerada uma solução liberal?

Ao contrário do que pensa a maioria das rodas liberais atualmente, o primeiro esboço de uma proposta de *vouchers*⁵ educacionais fora cunhada por Thomas Paine, em *The Rights of Man* (1945), julgando ele ser um dos “*Ways and Means of Improving the Condition of Europe (...)*”, como intitula o capítulo. Stuart Mill também o fizera; no entanto, e o trabalho tratará disso, as propostas não eram fundamentadas nos *neighborhood effects*⁶, como o faz Milton Friedman em

5 “Vales”, em tradução livre.

6 “Efeitos laterais”, novamente em tradução livre e como trata outros autores referindo-se à proposta de Friedman.

Capitalism and Freedom (1982) e, depois, com Rose D. Friedman, em *Free to Choose* (1980).

Sendo assim, o principal referencial teórico para discutir a proposição dos *vouchers* educacionais é Milton Friedman, nos dois livros referenciados; isso porque é em Friedman que a proposição ganha justificativas (teóricas) econômicas e, depois de sua cruzada nos Estados Unidos, empíricas dos primeiros movimentos prol *vouchers*.

Quanto as crítica tecidas sobre a proposta, ela foram erigidas sobre o liberalismo lokiano (ou clássico) que, fundamentalmente, prega um Estado mínimo, restringindo sua interferência à única função legítima do Estado: a segurança. E de acordo com essa proposta, se discorre sobre, assim dizer, o grau de liberdade promovido pelos *vouchers* às escolas, alunos, pais e professores. A falta de referenciais sobre, pontualmente, as críticas aos *vouchers* educacionais sob a ótica liberal-clássica se justifica pelo fato de tal análise não ter sido feita no meio acadêmico brasileiro – ou, pelo menos, como escrevem estas linhas. Desta forma, restou construir uma argumentação coerente com a proposição liberal que, apesar de poder ser esmiuçada em seus pormenores, não se mostra viável fazer em tão poucas linhas.

Esta pesquisa tem carácter bibliográfico, definida por Prodanov (2013) como o tipo de pesquisa que tem

(...) levantamento das fontes teóricas (relatórios de pesquisa, livros, artigos científicos, monografias, dissertações e teses), com o objetivo de elaborar a contextualização da pesquisa e seu embasamento teórico, o qual fará parte do referencial da pesquisa na forma de uma revisão bibliográfica (ou da literatura), buscando identificar o “estado da arte” (...) dessas fontes. (PRODANOV, 2013, p.131)

E, quanto à qualidade do objeto de estudo, tem-se uma pesquisa exploratória; em que o objetivo é, segundo Prodanov (2013), “(...) proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito ou construindo hipóteses sobre ele.” (*ibid, ibden*, p.127) e “(...) desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de (...) hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.” [*sic*] (GIL, 2008, p.27) – por isso descompromissada com a apreensão e análise de experiências do uso dessa política de financiamento.

As principais fontes de pesquisa se remetem ao estado da arte do conhecimento sobre liberalismo e *vouchers* – esse último, cujas referências para a discussão se fundamentam nas obras de Friedman, por ser este um célebre cavaleiro desta causa.

Resultados e Discussão

Primeiramente, Thomas Paine escreve sobre como diminuir a taxa de pobreza na Inglaterra, primeiro extinguindo as *poor-rates*⁷, fazendo existir em seu lugar uma remissão de impostos para os pobres duas vezes maior que o antigo imposto. Com uma série de cálculos⁸, conclui que “(...) the cost of providing these education allowances would amount to a quarter of a million pounds a year.” (FLEW, 1995, p.1), justificando a despesa do governo na premissa que “A nation under a well regulated government should permit none to remain uninstructed.” (PAINE, 1945, p.428). Além disso, estipula, para sua proposta, a normatização da educação compulsória:

(...) enjoining the parents of such children to send them to school, to learn reading, writing, and common arithmetic; the ministers of every parish, of every denomination, to certify jointly to an office, for this purpose, that the duty is performed. (PAINE, 1945, p.425)

Imputando aos pais que levem seus filhos à escola para estudar os conhecimentos básicos e às autoridades religiosas que se certificassem que isso estava acontecendo.

Stuart Mill, conhecido pelo desenvolvimento do Utilitarismo, também escrevera sobre o que Friedman cunharia como *Vouchers* educacionais. Mill, deve-se dizer, em *On Liberty* (2001), deixa claro sua reprovação à educação estatal; à uma educação centralmente planejada e, especificamente, à uma educação planejadora e que se imponha a missão de maquinar a sociedade para os ideais do grupo político dominante, posto que, diz ele, “Uma educação estatal geral é um mero artifício para uniformizar as pessoas.” (MELNIK, S., TAMM, S. (org.), 2008, p.51). Então compreende a educação sem o Estado como normatizador de currículos, mas, concordando com Paine⁹, vê a necessidade de leis para tornar a educação compulsória; essa que seria desenvolvida em um âmbito de diversidade, no que concerne às proposições educacionais¹⁰ – sem currículos uniformes, reitero.

If the government would make up its mind to require for every child a good education, it might save itself the trouble of providing one. It might leave to parents to obtain the education where and how they pleased, and content itself with helping to pay the school fees of the

7 Um imposto destinado aos pobres sobre as paróquias da Inglaterra e do País de Gales.

8 PAINE, 1945, p.424-426.

9 Não expressamente. Não existe nenhum relato que Mill conheceria o trabalho de Paine (FLEW, 1995, p.1)

10 Em termos metodológicos e de currículo.

poorer classes of children, and defraying the entire school expenses of those who have no one else to pay for them. (MILL, 2001, p.97)

Escreve Mill, colocando o Estado como financiador da educação daqueles pobres o suficiente para não conseguir arcar com as despesas. Mill, se não em um desejo assistencialista para com os pobres, não justifica, como Paine, o financiamento estatal em nenhuma outra premissa; e essa é a principal evolução do conceito aqui tratado dos autores clássicos (Mill e Paine) para Friedman.

Em Friedman, a proposta dos *vouchers* educacionais é a seguinte: reconhecendo a escola pública como falha, dado o monopólio auto instituído pelo Estado – acarretando todas as problemas que se pode atribuir aos monopólios de qualquer tipo –, Ele deveria usar o dinheiro com que financia as instituições públicas com os estudantes, dando cheques aos pais, que só poderiam ser usados para o fim educacional, acrescidos em certa quantia por eles – se assim desejarem – e usados para pagar a mensalidade nas instituições privadas. Emularia e alavancaria, destarte, a competição entre as instituições de ensino que, por sua vez, traria todos os benefícios passíveis em um mercado competitivo. Friedman resume melhor:

(...) you will be given a voucher, a piece of paper redeemable for a designated sum of money, if, and only if, it is used to pay the cost of schooling your child at an approved school. The sum of money might be \$2,000, or it might be a lesser sum, say \$1,500 or \$1,000, in order to divide the saving between you and the other taxpayers. But whether the full amount or the lesser amount, it would remove at least a part of the financial penalty that now limits the freedom of parents to choose. (FRIEDMAN, 1980, p.161)

Governments could require a minimum level of schooling financed by giving parents vouchers redeemable for a specified maximum sum per child per year if spent on “approved” educational services. Parents would then be free to spend this sum and any additional sum they themselves provided on purchasing educational services from an “approved” institution of their own choice. (FRIEDMAN, 1982, p.77-78)

Ele diz existir um mínimo grau de instrução escolar para viabilizar as trocas voluntárias em um estado de livre-mercado, nas palavras dele: “A stable and democratic society is impossible without a minimum degree of literacy and knowledge on the part of most citizens (...)” (FRIEDMAN, 1982, p.75), e que como não são todas as famílias que podem pagar essa instrução mínima, o Estado deveria assegurá-la, repassando vales para as famílias pobres para que escolhessem, em um estado de competição incrementada, uma instituição de ensino.

A proposta justifica-se nas premissas seguintes: primeira e mor é a necessidade de uma instrução mínima e comum ao povo, sustentando ele indispensável para uma sociedade estável: “The education of my child contributes to your welfare by promoting a stable and democratic society.” (FRIEDMAN, 1982, p.75)

Para garantir tal base de conhecimento aos cidadãos, em *Capitalism and Freedom* (1982), propõe que os *vouchers* sejam seguidos de uma lei que torne a educação obrigatória:

Such a requirement {a educação compulsória} could be imposed upon the parents without further government action, just as owners of buildings, and frequently of automobiles, are required to adhere to specified standards to protect the safety of others. (FRIEDMAN, 1982, p.76)

Deve ser dito que ele retifica sua posição sobre as leis da educação compulsória em *Free to choose* (1980), mas é uma das proposta deste trabalho mostrar o amadurecimento da questão, por ainda ser um assunto em discussão. Friedman diz, agora se distanciando daqueles que o antecederam:

The compulsory attendance laws are the justification for government control over the standards of private schools. But it is far from clear that there is any justification for the compulsory attendance laws themselves. Our own views on this have changed over time. (...) research that has been done in the interim on the history of schooling in the United States, the United Kingdom, and other countries has persuaded us that compulsory attendance at schools is not necessary to achieve that minimum standard of literacy and knowledge. (FRIEDMAN, 1980, p.161)

Seguindo o rito de justificativas para os *vouchers*, trata-se agora do incremento da competitividade, no mercado educacional, por novos clientes; isto é: em um plano de *vouchers*, os pais poderiam retirar seus filhos da escola pública e mandá-los para uma escola privada. E isso continuaria a acontecer até que a escola pública, que antes detinha o monopólio, para manter-se, melhorar seu conteúdo. Isso, então, deve aumentar a qualidade do ensino das escolas, principalmente as públicas que careciam de concorrência. Erdmann (1995) concorda e vê melhorias para ambos os setores: “A voucher system, far from destroying the public sector, would greatly expand it, since it would force large numbers of schools, public and private, to open their doors to outsiders if they wanted to get funds.” (ERDMANN, 1995, p.1-2).

Ainda nesses termos, Friedman prevê a criação de variadas escolas que buscam atender aos distintos anseios dos pais: nesse estado, novas escolas devem surgir para saciar a sede por diversidade, aumentada pelos *vouchers*, que permitem aos pais o financiamento estrito daquele currículo específico ou

afinidade moral, representados por uma escola, providenciando a competição entre as instituições públicas e privadas, barateando e melhorando o serviço – como dita as regras do livre-mercado.

Outra justificativa que, em certa medida se relaciona com a primeira aqui apresentada, são os efeitos laterais¹¹. Friedman, em *Free to choose* (1980), não os cita como justificativa para o ensino básico, mas os nega como justificativa para o subsídio da educação superior – não trataremos disso aqui; portanto discutem-se os efeitos laterais na ótica de *Capitalism and freedom* (1982).

Os efeitos laterais na educação básica são os efeitos promovidos em uma sociedade por uma pessoa instruída. Alega que, como não é possível fidedignamente apontar todos os que são beneficiados com esses efeitos laterais, é justo que a instrução venha do pagamento dos impostos de todos.

O argumento dos efeitos laterais e o da instrução mínima para uma sociedade estável são distintos e complementares. Esse primeiro diz respeito a como ações de indivíduos instruídos promovem o bem estar da sociedade, mesmo sem intenção¹², e o segundo afirma a necessidade de uma instrução mínima, que faz necessário existir a instrução pública, para ocorrer as trocas voluntárias no livre mercado. Ambos serão analisados.

Enfim, resume-se a proposta dos *vouchers* educacionais em Milton Friedman: o governo pararia de financiar diretamente as escolas. Ao invés disso, forneceria vales usados exclusivamente para o ensino, que poderiam ser somados com alguma quantia pelo pais que iriam escolher uma instituição para matricular seus filhos. A proposta se justifica em uma suposta instrução mínima para assegurar as trocas espontâneas, nos efeitos laterais promovidos por uma pessoa minimamente instruída, e que o financiamento pelo *vouchers* iria acarretar no aumento da competitividade entre as escolas, tal como a fundação de novas, melhorando e barateando o serviço.

Seguem, agora, as considerações finais sobre a proposta incluindo as ponderações sob a ótica da doutrina liberal. O mais importante: a proposta não exclui o financiamento público da educação; isto é claro – até o defende. Logo, não pode ser tida como liberal. Diz Friedman que

This plan would relieve no one of the burden of taxation to pay for schooling. It would simply give parents a wider choice as to the form in which their children get the schooling that the community has obligated itself to provide. (FRIEDMAN, 1980, p.161)

Não é liberal não só por prever o financiamento público da educação e extrapolar a função estruturante do Estado, mas porque “Government intrusion

11 *Neighborhood* ou *side effects*, em tradução livre.

12 Relacionado com o conceito de mão invisível, inclusive.

always follows government funding (...)” (ERDMAN, 1995, p.2), e, em *Free to choose* (1980), existe um exemplo disso, remontando às primeiras escolas da América:

At first, schools were private and attendance strictly voluntary. Increasingly, government came to play a larger role, first by contributing to financial support, later by establishing and administering government schools. (FRIEDMAN, 1980, p.150)

Então, produto do financiamento público é a normatização dessas escolas. Seja o financiamento por *vouchers*, seja tradicional. Erdmann (1995) acrescenta que “The educational voucher agency would soon develop a regulatory system as complex and detailed as that now governing the public schools.” (ERDMANN, 1995, p.2). Isso se materializa em controle de currículo, de horas mínimas, de objetivos específicos para as escolas, de normas para os professores; de, em linhas gerais, o alinhamento da escola com as empreitadas políticas da classe que detém tal poder naquele instante¹³. Uma proposta de financiamento que aumente a regulação do governo sobre escolas privadas não pode ser colocada como liberal.

No entanto, colocando no contexto particular Brasileiro, onde as escolas privadas, assim como as públicas, já tem forte presença do Estado (em contraste com as americanas), alguns liberais defendem que os *vouchers* sejam uma opção melhor que o modelo atual.

Para tratar disso, devemos entender como se diferencia, e onde reside o mérito dessa proposta em relação ao sistema atual. Se implementada, a política de *vouchers*, como já dito, mudará a organização da instituição pública. Hoje em dia, ela não precisa competir com outras escolas para manter-se. Apenas em casos de pouco público as escolas são fechadas e seus profissionais realocados. Quando implementado, as instituições públicas devem disputar cada estudante para que receba os vales e não feche as portas. Em suma, o ponto crucial dos *vouchers* é possibilitar que o livre mercado flua para dentro das escolas públicas e promovam a melhoria do seu ensino.

Os *vouchers*, fazendo existir a competição onde antes não existia, devem melhorar o paradigma da educação no país. O problema é, e aqui segue a crítica liberal ao sistema: o que vão aprender? Quem decide, tem competência para isso? Existem mesmo conhecimentos mínimos que justificam a instrução pública? Além disso, os efeitos laterais são uma justificativa válida para o financiamento público? É válido mobilizar esforços liberais para defender uma proposta que não segue esta doutrina?

13 “Uma educação estatal geral é um mero artifício para uniformizar as pessoas. E como o molde no qual elas são lançadas é aquele que agrada ao poder predominante no governo (...)” (MELNIK, S., TAMM, S. (org.), 2008, p.68)

Antes de dissertar sobre as respostas das perguntas colocadas antes, deve-se dizer o seguinte: apesar de em alguns momentos do seu texto deixar implícito o contrário e de defensores dessa proposta concordarem com isso, a ideia dos *vouchers* educacionais não é uma etapa de transição entre o modelo público e um absolutamente liberal, em que essa proposta seria uma etapa a ser superada na trajetória para uma educação não estatizada, tanto em recursos como em gerenciamento. Ela tem um fim em si mesma, tendo em mente as justificativas apresentadas: os efeitos laterais e o argumento da instrução mínima colocam o governo como provedor e normatizador da educação indefinidamente.

Finalmente, seguem as críticas liberais relacionadas com os questionamentos levantados. O primeiro problema que poderíamos apontar a esta proposição é: Existem mesmo conhecimentos básicos que exigiriam a instrução formal, isto é, conhecimentos que, dada a própria necessidade, não poderiam ser aprendidos sem a instrução formal? Diga-se que sim; que existam saberes que a sociedade requisita de seus componentes e que possuem um grau de complexidade tamanho que não dispensam a instrução formal e, portanto, a sociedade seja compelida para assegurar à cada um dos seus indivíduos esses conhecimentos. A próxima problemática é: como sabem quais os conhecimentos básicos para viver em sociedade? O que motiva cada indivíduo a estudar – o que, como e quanto – lhe é particular. O Estado não consegue reunir todas essas aspirações sobre um plano universal de instrução; em suma, os conhecimentos básicos de uns diferem de outros. Se mesmo assim o tentar fazer, deve gerar um plano de instrução que abarca somente as aspirações de parte da população, servindo, pois, como uma cama de Procusto para outra parte. Esse é mais um argumento contra a instrução pública, e, com efeito, os *vouchers per se*¹⁴. Ainda outra coisa deve ser dita: nunca na história, o Estado, sob o pretexto de promover os conhecimentos mínimos (para a cidadania ou para o trabalho), limitou-se a eles. O testemunho histórico é absolutamente o contrário. Ter uma educação mínima estatal é mesmo possível? A crença em conhecimentos mínimos necessários para viver em sociedade foi o que, historicamente, defendeu a educação compulsória; e produtos irremediáveis e terríveis surgiram dessas políticas.

Tratar-se-á agora do uso dos impostos. O financiamento via arrecadação comum se justifica, na proposta, pelos efeitos laterais. Eis aqui uma perigosa justificativa. Apoiando-se nos efeitos laterais das ações em sociedade, muitas

14 "Vouchers or no vouchers, as long as education is financed publicly, control over education will be exerted through political power, not through consumer choice. Educational vouchers may, for a time, give the appearance that consumers are exercising genuine choice. But consumer choice can, and will, be circumscribed by restrictions on the vouchers; restrictions that will reflect the interests of the politically organized public school lobby, not the interests of the politically unorganized public." (LEE, 1986, p.1)

intromissões estatais podem ser justificadas. A eletricidade gera efeitos laterais, a construção de um livro, a instalação de uma fábrica de sapatos também. Todos devem ser financiados pelos impostos? Os efeitos laterais são uma justificativa (inaceitável) para estatizar e financiar com os impostos todos os ambientes de uma sociedade.

Por fim, a regulamentação das escolas privadas. Ele prevê que surjam novas escolas para suprir a necessidade dos pais. Mas até que ponto essas escolas terão liberdade curricular e metodológica para realmente atender as demandas dos pais? Ansiando elegibilidade aos subsídios, as escolas privadas precisarão se adequar aos desejos do governo. E, por causa disso, tal proposição não poderia ser posta como liberal. E se o aluno não quiser estudar? E se deseja estudar somente artes, ou literatura, ou cálculos avançados? Ele estaria embargado pela normatização de conhecimentos mínimos nas escolas. Isso acabaria por vedar o livre-mercado de surgir com respostas aos anseios da demanda, diferenciando as ofertas de saberes, como, por exemplo, escolas voltadas principalmente para o desenvolvimento físico, ou artístico. Rothbard (2013) defende que deve ser “(...) desenvolvido no livre mercado um tipo diferente de escola para cada tipo de demanda.” (ROTHBARD, 2013, p.18) e que “A imposição estatal de padrões uniformes {ainda que mínimos} causa um sério dano à diversidade de gostos e aptidões humanas.” (ROTHBARD, 2013, p.18).

Finalmente, e mais importante, em contexto de Brasil, pode-se tratar da implementação dessa proposta de financiamento sob duas frentes – e ambas reprovam-na. Uma primeira, gradualista e mais comum, é o uso paulatino e fracionário da proposta; incorre em mobilizar alguns poucos alunos ou turmas, para conseguir gerar dados de desempenho que, se melhores de que outros alunos em contextos parecidos ou mesmo melhores que o desempenho dos mesmos alunos em outros anos, geram estatísticas em razão da proposta. Além de não, necessariamente, existir incremento da liberdade, como foi discutido, essa proposta encontra problemas: primeiro que o impacto seria ínfimo, segundo que pesquisas empíricas, envoltas em centenas de variáveis complexas, podem, ocasionalmente, acabar negando a proposição. A segunda frente, brutalista, defende ruptura com o modelo atual em escala nacional – o que é impraticável, posto a estabilidade dos professores públicos e a força de seus sindicatos.

Conclusões

Deve-se dizer: os *vouchers* educacionais, em certo contexto, por fazer alavancar a competição no mercado educacional, entre as instituições de ensino, deve melhorar a qualidade da instrução, visto que todos estariam sob as dinâmicas de um mercado livre. Pode se justificar nesse incremento de competitividade para sua defesa, mas não nos efeitos laterais; é latente que tal proposição pode ser usada para justificar a estatização de muitos setores da sociedade. No entanto, ela não tece ponderações sobre a problemática maior da

educação: o Estado como normatizador do ensino. Dito isso, devemos encará-la como uma possível forma de melhorar a instrução de certo país, mas não como uma proposta que resguarda a liberdade dos indivíduos ou ainda contribui, em alguma medida, para caminhar em direção de um Estado menor – em suma, a educação continua a mercê da classe política como um instrumento de maquinação.

Por tudo que fora exposto, a proposta dos *vouchers* educacionais deve ser entendida como uma proposição elevadora do Estado, jamais liberal. Devemos, se liberais, apontar para a completa ausência do Estado na educação e admitir as soluções que surgirem nesse trajeto; como a desburocratização para criar escolas privadas, o fim de currículos uniformes, o fim da educação compulsória, o *homeschooling*, o fim da exigência de diplomas para professores e, talvez um dia, o fim da educação pública.

Agradecimentos

Agradecemos aos senhores e senhoras avaliadores e editores pelo apoio e sugestões no processo de avaliação deste artigo.

Referências

ERDMANN, S. Vouchers: Competition or Conformity? In: **Foundation of Economic Education**. 1995 Disponível em: <<https://fee.org/articles/vouchers-competition-or-conformity/>>. Acessado dia 12/08/2017.

FLEW, A. History of the Voucher Idea. In: **Foundation of Economic Education**. 1995. Disponível em: <<https://fee.org/articles/history-of-the-voucher-idea/>>. Acessado dia 12/08/2017.

FRIEDMAN, M. **Capitalism and Freedom**. Chicago: The University of Chicago Press, 1982.

FRIEDMAN, M.; FRIEDMAN, R. D. **Free to Choose**. Sem local. 1980. Disponível em: <<http://www.proglocode.unam.mx/sites/proglocode.unam.mx/files/docencia/Milton%20y%20Rose%20Friedman%20-%20Free%20to%20Choose.pdf>>. Acessado dia 12/08/2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEE, D. R. The Political Economy of Educational Vouchers. In: **Foundation of Economic Education**. 1986 Disponível em: <<https://fee.org/articles/the-political-economy-of-educational-vouchers/>>. Acessado dia 12/08/2017.

MELNIK, S., TAMM, S. (org.). **Leituras Liberais Sobre Educação**. 1ª ed. Berlin: Liberal Verlag GmbH, 2008.

MILL, S. **On Liberty**. Sem local. 2001. Disponível em: <<https://eet.pixel-online.org/files/etranslation/original/Mill,%20On%20Liberty.pdf>>. Acessado dia 12/08/2017.

PAINE, T. **Complete Writings of Thomas Paine**. New York: Vail Ballou Press. 1945.

PRODANOV, E. C. F. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROTHBARD, M. N. **Educação**: Livre e Obrigatória. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2013.